



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

DESAFIOS PARA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE MULHERES AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR DA UFMS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS, DA CRÍTICA FEMINISTA E DAS PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS¹

CHALLENGES FOR THE INCLUSION AND RETENTION OF AUTISTIC WOMEN IN HIGHER EDUCATION AT THE UFMS: AN ANALYSIS FROM CULTURAL STUDIES, FEMINIST CRITIQUE AND INTERSECTIONAL PERSPECTIVES

Mirela da Costa Gomes ²

Marina Brasiliano Salerno³

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior representa um desafio para as instituições acadêmicas, especialmente quando envolve grupos historicamente invisibilizados. Nesse contexto, as experiências de mulheres autistas apresentam particularidades relacionadas às questões de gênero, identidade, diferença e acessibilidade. O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios relacionados à inclusão e permanência de mulheres autistas no ensino superior da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), considerando as relações entre representações sociais, práticas institucionais e desigualdades estruturais. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada nos Estudos Culturais, na crítica feminista e nas perspectivas interseccionais. O estudo utiliza contribuições teóricas de Stuart Hall, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, María Lugones e Gayatri Spivak para compreender como identidade, diferença e relações de poder influenciam as experiências acadêmicas. Os resultados indicam que a inclusão universitária não depende apenas do acesso às instituições, mas também de condições de permanência, reconhecimento e participação efetiva. Conclui-se que políticas institucionais inclusivas precisam considerar as diferentes trajetórias das mulheres autistas, valorizando a diversidade e promovendo práticas acadêmicas mais acessíveis.

Palavras-chave: Ensino superior. Estudos Culturais. Inclusão. Mulheres autistas.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Graduada em Tecnologia em Gestão de Mídias Sociais Digitais, AGEAD Universidade federal do Mato Grosso do sul e mirela_costa_gomes@ufms.br

³ Professora Adjunta, Curso de Educação Física PPGCult - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais. PPGEDU - Programa de Pós-Graduação em Educação Faculdade de Educação - FAED UFMS



ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities in higher education represents a challenge for academic institutions, especially when it involves historically invisible groups. In this context, the experiences of autistic women present particularities related to gender, identity, difference, and accessibility. This article aims to analyze the challenges related to the inclusion and retention of autistic women in higher education at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), considering the relationships between social representations, institutional practices, and structural inequalities. The research adopts a qualitative bibliographic approach, based on Cultural Studies, feminist critique, and intersectional perspectives. The study uses theoretical contributions from Stuart Hall, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, María Lugones, and Gayatri Spivak to understand how identity, difference, and power relations influence academic experiences. The results indicate that university inclusion depends not only on access to institutions but also on conditions of permanence, recognition, and effective participation. It is concluded that inclusive institutional policies must consider the different trajectories of autistic women, valuing diversity and promoting more accessible academic practices.

Keywords: Autistic women. Cultural Studies. Higher education. Inclusion. Intersectionality.

1. INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira passou por importantes transformações relacionadas às políticas de inclusão, acessibilidade e democratização do acesso às universidades. A universidade deixou de ser compreendida apenas como espaço de formação profissional, passando também a ser reconhecida como ambiente de participação social, produção de conhecimento e construção de identidades.

Apesar dos avanços legais e institucionais voltados à inclusão de pessoas com deficiência, ainda existem desafios que ultrapassam o ingresso nas instituições. A permanência acadêmica envolve aspectos relacionados às práticas pedagógicas, relações sociais, acessibilidade, comunicação e reconhecimento das diferentes formas de aprendizagem.

Nesse contexto, as experiências de mulheres com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam especificidades que precisam ser analisadas. Durante muito tempo, os estudos sobre autismo foram construídos principalmente a partir de experiências masculinas, contribuindo para a invisibilidade das características e necessidades das mulheres autistas.

No ambiente universitário, essas estudantes podem enfrentar barreiras relacionadas não somente ao autismo, mas também às expectativas sociais sobre comportamento, comunicação e desempenho acadêmico. Dessa forma, compreender essas experiências exige analisar as



relações culturais e institucionais que definem quais sujeitos são reconhecidos e quais permanecem invisibilizados.

A partir dos Estudos Culturais, compreende-se que as identidades não são fixas, mas construídas por meio de processos históricos e culturais. Hall (2016) destaca que a representação possui papel fundamental na produção dos significados atribuídos aos sujeitos e às diferenças, influenciando a forma como determinados grupos são percebidos socialmente.

Assim, a deficiência e a neurodiversidade não podem ser analisadas apenas como características individuais, pois também são atravessadas por discursos sociais, práticas institucionais e relações de poder.

A crítica feminista contribui para ampliar essa análise ao demonstrar que as experiências das mulheres não são homogêneas. Diferentes mulheres vivenciam desigualdades específicas conforme os contextos sociais em que estão inseridas. No caso das mulheres autistas, gênero e deficiência se articulam, produzindo experiências particulares de invisibilidade e enfrentamento.

Diante dessa problemática, a pesquisa busca responder à seguinte questão: quais desafios relacionados às políticas institucionais, práticas pedagógicas e relações sociais influenciam a inclusão e permanência de mulheres autistas no ensino superior da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul?

O objetivo geral consiste em analisar os desafios enfrentados por mulheres autistas no ensino superior, considerando as relações entre identidade, diferença, gênero, acessibilidade e reconhecimento social.

Como objetivos específicos, pretende-se compreender as barreiras vivenciadas por mulheres autistas no ambiente acadêmico; analisar como as políticas de inclusão contribuem para a permanência estudantil; e discutir como gênero, deficiência e neurodiversidade atravessam essas experiências.

A pesquisa está vinculada às discussões da disciplina Tópicos Especiais em Estudos Culturais: Crítica Feminista e Perspectivas Interseccionais, utilizando autores dos Estudos Culturais, feminismo e interseccionalidade para compreender como diferenças são produzidas, representadas e reconhecidas socialmente.

2. ESTUDOS CULTURAIS, IDENTIDADE E DIFERENÇA

A compreensão das experiências de mulheres autistas no ensino superior exige uma análise que considere não apenas aspectos individuais, mas também os processos sociais e culturais que influenciam a forma como determinados sujeitos são reconhecidos dentro dos



espaços acadêmicos.

Os Estudos Culturais contribuem para essa discussão ao compreenderem a identidade como uma construção histórica, social e cultural. Para Hall (2003), a identidade não é fixa ou natural, mas está em constante transformação, sendo formada pelas experiências, relações sociais e representações culturais.

Nesse sentido, analisar a presença de mulheres autistas na universidade implica compreender como essas estudantes constroem suas trajetórias em um ambiente marcado por normas, expectativas e padrões de comportamento.

A universidade não é apenas um espaço de formação profissional, mas também um espaço de produção de significados, onde determinadas diferenças podem ser valorizadas ou invisibilizadas.

Dessa maneira, a inclusão de mulheres autistas precisa ser compreendida como um processo coletivo, envolvendo mudanças institucionais e culturais, e não somente como adaptação individual. A partir dessa compreensão, as experiências das mulheres autistas no ensino superior podem ser analisadas considerando que suas identidades são atravessadas por processos culturais, sociais e institucionais.

Assim, a universidade não é apenas um espaço de formação profissional, mas também um ambiente onde diferenças são reconhecidas, negociadas ou invisibilizadas.

Hall (2003) afirma que:

[...] A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2003, p. 13).

A partir dessa compreensão, as experiências das mulheres autistas no ensino superior podem ser analisadas considerando que suas identidades são atravessadas por processos culturais, sociais e institucionais. Assim, a universidade não é apenas um espaço de formação profissional, mas também um ambiente onde diferenças são reconhecidas, negociadas ou invisibilizadas.

2.1 Mulheres autistas, gênero e invisibilidade

Historicamente, as discussões sobre o autismo foram construídas a partir de pesquisas que consideravam principalmente experiências masculinas. Essa realidade contribuiu para a invisibilidade das mulheres autistas e para dificuldades relacionadas ao reconhecimento de suas necessidades específicas.

A relação entre autismo e gênero evidencia que as experiências femininas precisam ser

Dossiê Epistemologias do Sul: Interseções entre a Decolonialidade, a Teoria Crítica Feminista e a Interculturalidade
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana/MS, v. 1, n. 21, set. 2026



analisadas considerando os papéis sociais atribuídos às mulheres e as expectativas culturais relacionadas ao comportamento feminino.

Muitas mulheres autistas desenvolvem estratégias de adaptação social para lidar com ambientes que nem sempre reconhecem diferentes formas de comunicação, interação e aprendizagem.

No ensino superior, essas questões podem influenciar a permanência acadêmica, pois as estudantes podem enfrentar desafios relacionados às relações sociais, organização da rotina, acessibilidade e reconhecimento institucional.

Assim, discutir mulheres autistas no ambiente universitário exige considerar as relações entre deficiência, gênero e cultura; Scott (1995) afirma que o gênero deve ser compreendido como uma categoria de análise histórica, pois envolve relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e relações de poder.

[...] O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p. 86).

2.2 Feminismo, Estudos Culturais e representação

Os estudos feministas oferecem uma lente crítica para compreender como estruturas sociais e culturais produzem desigualdades e moldam a participação das mulheres nos diferentes espaços sociais. Escosteguy (2016), ao revisitar Stuart Hall, evidencia que os Estudos Culturais não apenas incorporaram o feminismo como uma “interrupção” que reorganizou agendas e objetos de estudo (p. 63), mas também ampliaram as discussões sobre identidade, representação, cultura e poder. Essa aproximação é fundamental para pensar a inclusão de mulheres autistas no ensino superior, pois permite reconhecer que suas experiências não se reduzem a uma condição biológica, mas estão atravessadas por construções sociais sobre normalidade, diferença e pertencimento.

A crítica feminista, ao recusar a universalização da categoria “mulher” e enfatizar as diferenças internas de classe, raça, geração e sexualidade (p. 66) abre espaço para compreender que os desafios enfrentados por mulheres autistas não são homogêneos, mas múltiplos e interseccionais. Nesse sentido, a luta pela permanência dessas estudantes na universidade não pode ser pensada apenas em termos de acesso formal, mas como uma questão de reconhecimento social e cultural. Stuart Hall (2003) já apontava que o feminismo ampliou a noção de poder, deslocando-o da esfera pública para também abarcar o privado e o subjetivo (p.



68). Essa perspectiva é essencial para compreender que a exclusão acadêmica não se dá apenas por barreiras institucionais, mas também por narrativas sociais que invisibilizam determinadas experiências.

Assim, ao articular feminismo e Estudos Culturais, torna-se possível humanizar a discussão sobre inclusão de mulheres autistas no ensino superior, reconhecendo que sua permanência depende não apenas de políticas institucionais, mas também da valorização de suas trajetórias singulares. Trata-se, portanto, de uma questão de justiça cultural e social, que exige da universidade não

A aproximação entre Estudos Culturais e feminismo ampliou as discussões sobre identidade, representação e poder. Assim, a discussão sobre mulheres autistas também envolve compreender como determinados grupos são representados ou excluídos das narrativas sociais.

2.3 Interseccionalidade

A perspectiva interseccional, desenvolvida por Patricia Hill Collins em *Pensamento Feminista Negro* (2019), contribui para compreender que as experiências dos sujeitos são atravessadas por múltiplos marcadores sociais gênero, raça, classe, território, sexualidade que não atuam isoladamente, mas em articulação constante. Collins enfatiza que as opressões não funcionam de forma independente, mas se interconectam para estruturar relações de poder (p. 18). Essa formulação evidencia que desigualdades não podem ser analisadas em apenas uma dimensão, mas como sistemas entrelaçados que produzem exclusões específicas.

No contexto das mulheres autistas no ensino superior, essa abordagem permite perceber que as dificuldades enfrentadas não se reduzem ao diagnóstico de autismo. Elas são atravessadas por condições sociais, econômicas e institucionais que moldam suas trajetórias acadêmicas. Uma estudante autista que precisa se deslocar entre cidades, por exemplo, não enfrenta apenas os desafios relacionados à organização da rotina ou às demandas sensoriais, mas também barreiras estruturais como transporte precário, falta de acessibilidade nos campi e insuficiência de políticas de permanência. Nesse sentido, como aponta Collins, a experiência vivida é um ponto de partida para compreender como sistemas de opressão se entrelaçam (p. 32).

A interseccionalidade amplia a compreensão da inclusão ao mostrar que não basta pensar em políticas universais. É necessário considerar diferentes realidades e trajetórias, reconhecendo que cada estudante carrega consigo uma combinação única de marcadores sociais que impactam sua experiência universitária. Humanizar essa discussão significa olhar para além



das estatísticas e enxergar as histórias concretas de mulheres autistas que, apesar das adversidades, reivindicam seu lugar na universidade.

Assim, pensar a inclusão sob a ótica interseccional é compreender que a permanência acadêmica não é apenas uma questão de acesso formal, mas de reconhecimento cultural e social. É reconhecer que a universidade precisa se transformar em um espaço que acolha a diversidade de modos de ser e existir, valorizando as singularidades e garantindo que nenhuma trajetória seja invisibilizada.

2.4 O perigo da história única e a invisibilidade das experiências

Chimamanda Ngozi Adichie (2009) discute o conceito de “história única”, alertando para os riscos de compreender grupos sociais apenas por narrativas limitadas. Como ela afirma, “as histórias importam. Muitas histórias importam. A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam falsos, mas que sejam incompletos” (p. 25). Quando uma única perspectiva é considerada como representação de todos os sujeitos, ocorre a criação de estereótipos e apagamentos, restringindo a pluralidade das experiências humanas.

Essa reflexão se relaciona diretamente à realidade das mulheres autistas, cujas trajetórias foram historicamente invisibilizadas nos debates sobre autismo. Durante muito tempo, a narrativa dominante sobre a neurodiversidade foi construída a partir de experiências masculinas, o que contribuiu para a ausência de representação feminina nas pesquisas e nas discussões sociais. Como Adichie alerta, mostrar um povo como uma coisa só, uma coisa repetida, é roubar sua dignidade (p. 27). Da mesma forma, reduzir o autismo a uma única experiência significa apagar a diversidade de vivências que compõem esse espectro.

Reconhecer diferentes trajetórias de mulheres autistas significa ampliar espaços de escuta, participação e produção de conhecimento. É compreender que cada história carrega singularidades e que a multiplicidade de vozes é fundamental para romper com os apagamentos históricos. Humanizar essa discussão implica olhar para além das estatísticas e enxergar as experiências concretas dessas mulheres, que enfrentam barreiras institucionais, sociais e culturais, mas também constroem formas próprias de resistência e pertencimento.

Assim, ao trazer o conceito de “história única” para o debate sobre inclusão no ensino superior, torna-se evidente que a universidade precisa se abrir para narrativas plurais. Mais do que garantir acesso, é necessário reconhecer e valorizar a diversidade de modos de ser e existir,



2.5 Feminismo decolonial: colonialidade, gênero e invisibilização

As discussões do feminismo decolonial contribuem para compreender como determinadas estruturas sociais produzem desigualdades e formas de exclusão que atravessam diferentes grupos. María Lugones (2020) discute a relação entre colonialidade e gênero, evidenciando que as formas de classificação social construídas historicamente influenciam a maneira como sujeitos são reconhecidos e posicionados na sociedade. Como afirma a autora, a colonialidade do poder está intrinsecamente ligada à colonialidade do gênero (p. 25), mostrando que hierarquias coloniais moldaram não apenas sistemas de dominação, mas também categorias de gênero e raça que continuam a organizar a vida social.

Segundo Lugones (2020), a colonialidade não atua apenas no campo econômico ou político, mas também interfere na construção das identidades, dos corpos e das relações sociais. Nesse sentido, a colonialidade do gênero produz a desumanização de sujeitos considerados fora da matriz moderna/colonial (p. 32). Essa perspectiva contribui para analisar a experiência das mulheres autistas no ensino superior, pois permite compreender que a exclusão e a invisibilidade não ocorrem apenas por uma característica individual, mas também por estruturas culturais e institucionais que definem padrões de normalidade.

Assim, pensar a inclusão de mulheres autistas a partir de uma perspectiva decolonial significa questionar modelos únicos de comportamento, aprendizagem e participação acadêmica, reconhecendo diferentes formas de existir e produzir conhecimento. Trata-se de afirmar que a diversidade não é um desvio, mas uma potência que desafia estruturas coloniais e amplia o horizonte da produção acadêmica.

2.6 Literatura, violência e silenciamento

As discussões sobre literatura, violência e representação contribuem para compreender processos de invisibilização social e os modos como determinadas narrativas podem reforçar ou questionar estruturas de exclusão. Camilo e Oliveira (2023) analisam como determinadas formas de violência podem produzir apagamento, silenciamento e negação do outro (p. 140), evidenciando que a violência não se limita ao físico, mas também se manifesta na esfera simbólica e discursiva.

Relacionando essa discussão ao objeto desta pesquisa, entende-se que o silenciamento das experiências das mulheres autistas pode ocorrer quando suas necessidades não são reconhecidas dentro das instituições de ensino superior. A ausência de acessibilidade,



acolhimento e compreensão das diferenças não apenas limita sua participação acadêmica, mas também contribui para processos de exclusão que operam como formas de violência simbólica. Nesse sentido, o não reconhecimento das especificidades das mulheres autistas pode ser interpretado como uma prática de apagamento, que restringe sua presença e voz nos espaços universitários.

Dessa forma, pensar inclusão significa também combater formas simbólicas de apagamento e garantir que diferentes experiências sejam consideradas na produção de conhecimento. A literatura crítica sobre violência e silenciamento nos lembra que dar visibilidade às narrativas diversas é um ato político e epistemológico, capaz de ampliar horizontes e transformar instituições. Reconhecer as trajetórias das mulheres autistas no ensino superior é, portanto, uma forma de resistência contra práticas de invisibilização e um passo fundamental para a construção de uma universidade mais plural e democrática.

[...]formas de apagamento, silenciamento e negação do outro (Camilo; Oliveira, 2023, p. 287).

2.7 Representação, subalternidade

A discussão sobre inclusão também envolve compreender quem tem sua voz reconhecida dentro dos espaços sociais e institucionais. Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar?*, problematiza como determinados sujeitos historicamente marginalizados têm suas experiências silenciadas ou representadas por outros. A autora questiona os mecanismos pelos quais grupos considerados subalternizados encontram dificuldades para serem ouvidos dentro das estruturas de poder, destacando que o subalterno não pode falar quando sua voz é constantemente mediada ou apagada por discursos hegemônicos (p. 14).

Nesse sentido, a reflexão de Spivak contribui para analisar a experiência das mulheres autistas no ensino superior, pois permite compreender que a inclusão não envolve apenas a presença física desses sujeitos na universidade, mas também o reconhecimento de suas próprias narrativas, necessidades e formas de participação. Quando suas experiências não são consideradas nos processos institucionais, ocorre uma forma de apagamento de suas vozes e de suas trajetórias acadêmicas, reproduzindo o que Spivak chama de silenciamento estrutural dos subalternos.

Segundo Spivak (2010), sujeitos historicamente subalternizados enfrentam dificuldades



para ter suas vozes reconhecidas dentro das estruturas sociais de poder. Aplicado ao contexto das mulheres autistas, isso significa que a universidade precisa ir além de políticas de acesso e garantir espaços de escuta e representação, onde suas experiências não sejam traduzidas ou substituídas por narrativas externas, mas reconhecidas como parte legítima da produção de conhecimento.

3. DESENVOLVIMENTO

A compreensão dos desafios para inclusão e permanência de mulheres autistas no ensino superior exige uma análise que considere aspectos sociais, culturais e institucionais. Para tanto, este artigo fundamenta-se nos Estudos Culturais, nos estudos feministas e nas perspectivas interseccionais e decoloniais, conforme discutidas na disciplina Crítica Feminista e Perspectivas Interseccionais nos Estudos Culturais.

Os Estudos Culturais contribuem para compreender como as identidades são construídas por meio das relações sociais, culturais e históricas. Stuart Hall (2016) destaca que os significados atribuídos aos sujeitos são produzidos socialmente por meio de discursos e práticas culturais, o que implica reconhecer que a representação influencia diretamente a forma como determinados grupos são percebidos. No contexto universitário, essa discussão possibilita analisar como mulheres autistas são reconhecidas ou invisibilizadas dentro das instituições de ensino superior.

As discussões feministas permitem observar como determinadas experiências de mulheres foram historicamente marginalizadas. Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em *Pode o subalterno falar?*, problematiza a representação dos sujeitos subalternizados, evidenciando que a inclusão não se limita à presença física, mas envolve o reconhecimento das vozes e narrativas desses grupos. Essa reflexão aproxima-se da realidade das mulheres autistas, cujas trajetórias acadêmicas precisam ser valorizadas a partir de suas próprias experiências e necessidades.

A perspectiva interseccional, desenvolvida por Patricia Hill Collins (2019), amplia essa análise ao considerar que diferentes dimensões sociais influenciam as vivências dos sujeitos. Collins demonstra que desigualdades devem ser compreendidas a partir da articulação entre estruturas de poder, de modo que gênero, deficiência, identidade e reconhecimento social atuam conjuntamente nas experiências das mulheres autistas, produzindo desafios específicos no ambiente universitário.

O feminismo decolonial, por sua vez, contribui para questionar padrões que determinam quais sujeitos são reconhecidos e valorizados dentro dos espaços sociais. María Lugones (2020)



evidencia que a colonialidade do gênero produz hierarquias de humanidade, desumanizando sujeitos que não se enquadram na matriz moderna/colonial. Essa perspectiva permite compreender que a invisibilidade das mulheres autistas não decorre apenas de fatores individuais, mas de estruturas históricas e culturais que naturalizam exclusões.

Chimamanda Ngozi Adichie (2009), ao discutir o perigo da história única, alerta para os riscos de compreender grupos sociais apenas por narrativas limitadas. Essa reflexão é fundamental para analisar como o autismo foi narrado predominantemente a partir de experiências masculinas, contribuindo para o apagamento das trajetórias femininas.

Por fim, Camilo e Oliveira (2023) discutem como a violência simbólica pode produzir apagamento e silenciamento. No ambiente universitário, a ausência de acessibilidade, acolhimento e compreensão das diferenças pode ser interpretada como uma forma de violência institucional, que limita a participação plena das mulheres autistas.

Assim, compreender a permanência de mulheres autistas no ensino superior exige observar a relação entre cultura, diferença, inclusão e as formas como a universidade organiza suas práticas acadêmicas. O referencial teórico adotado neste estudo permite articular representação, interseccionalidade, colonialidade e silenciamento como dimensões fundamentais para analisar os processos de invisibilização e exclusão, bem como para pensar políticas inclusivas que reconheçam a diversidade das trajetórias acadêmicas.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros, textos acadêmicos e materiais estudados na disciplina Crítica Feminista e Perspectivas Interseccionais nos Estudos Culturais.

A metodologia utilizada para a construção deste artigo fundamenta-se na leitura, seleção e interpretação crítica das obras estudadas durante a disciplina, buscando relacionar os conceitos apresentados pelos autores com o tema dos desafios enfrentados por mulheres autistas no ensino superior.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a construção do referencial teórico a partir de discussões relacionadas aos Estudos Culturais, feminismos, identidade, diferença, representação, interseccionalidade e inclusão.

Foram utilizados como base teórica autores trabalhados no decorrer da disciplina, como Stuart Hall, Patricia Hill Collins, Gayatri Chakravorty Spivak, María Lugones, Chimamanda



Ngozi Adichie, Ana Carolina Escosteguy, e outros pesquisadores que contribuem para compreender relações de gênero, cultura e desigualdades sociais.

O estudo foi desenvolvido por meio da análise dos textos e discussões realizadas nas aulas, considerando que os conhecimentos produzidos academicamente também são atravessados por relações históricas, culturais e sociais.

A partir dessa perspectiva, a metodologia busca compreender como fatores institucionais, culturais e sociais influenciam as experiências das mulheres autistas no ambiente universitário.

Dessa forma, a pesquisa não tem como objetivo realizar uma análise estatística ou pesquisa de campo, mas desenvolver uma reflexão teórica fundamentada na literatura acadêmica estudada. A abordagem qualitativa permite interpretar significados, experiências e processos sociais relacionados à inclusão, acessibilidade e permanência acadêmica.

Assim, o estudo busca contribuir para uma compreensão crítica sobre a presença das mulheres autistas no ensino superior da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), considerando a importância das políticas inclusivas e do reconhecimento das diferenças.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou relacionar os conhecimentos construídos na disciplina com o objeto de estudo, promovendo uma reflexão crítica sobre inclusão, acessibilidade e permanência universitária.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos textos estudados, observa-se que a inclusão de mulheres autistas no ensino superior envolve desafios relacionados não apenas ao ingresso na universidade, mas principalmente à permanência, à participação e ao sentimento de pertencimento acadêmico.

Os estudos analisados demonstram que muitas barreiras enfrentadas por essas estudantes estão relacionadas às práticas institucionais, às relações sociais e às expectativas construídas sobre comportamento, comunicação e aprendizagem.

A partir das contribuições de Stuart Hall (2016), compreende-se que as representações sociais influenciam a forma como determinados sujeitos são percebidos dentro da sociedade. Os significados produzidos culturalmente sobre diferença, capacidade e normalidade podem contribuir tanto para processos de reconhecimento quanto para situações de invisibilização.

Nesse sentido, as experiências das mulheres autistas no ensino superior não podem ser analisadas apenas a partir da condição individual, pois também são atravessadas por fatores culturais e institucionais. A forma como a universidade compreende a diversidade influencia



diretamente as possibilidades de acolhimento, participação e permanência dessas estudantes.

A perspectiva feminista permite observar que mulheres autistas podem vivenciar desafios específicos relacionados ao gênero, considerando que suas trajetórias também são influenciadas por expectativas sociais construídas sobre o papel das mulheres nos espaços acadêmicos e sociais.

A abordagem interseccional contribui para ampliar essa compreensão ao demonstrar que diferentes dimensões sociais podem se relacionar e produzir experiências específicas de desigualdade. Questões relacionadas à deficiência, gênero, identidade e reconhecimento social podem atuar conjuntamente nas vivências acadêmicas dessas estudantes.

Dessa forma, os resultados discutidos neste artigo indicam a necessidade de fortalecer políticas institucionais que considerem a diversidade das trajetórias universitárias e promovam práticas pedagógicas mais acessíveis, acolhedoras e inclusivas.

A inclusão, portanto, deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação das práticas acadêmicas, das relações sociais e da cultura institucional, possibilitando que diferentes formas de existir e aprender sejam reconhecidas no ensino superior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os desafios relacionados à inclusão e permanência de mulheres autistas no ensino superior, considerando aspectos relacionados à identidade, gênero, diferença e acessibilidade.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível compreender que a presença de mulheres autistas na universidade envolve desafios que ultrapassam questões individuais, estando relacionada também às práticas institucionais, às relações sociais e às formas como a diferença é compreendida dentro do espaço acadêmico.

O estudo demonstrou que, apesar dos avanços nas políticas de inclusão, ainda existem barreiras que podem dificultar a permanência dessas estudantes. Entre elas estão dificuldades de adaptação institucional, falta de reconhecimento das necessidades específicas e ausência de práticas pedagógicas mais inclusivas.

As contribuições dos Estudos Culturais e das perspectivas feministas e interseccionais possibilitaram compreender que identidade e diferença são construídas socialmente. Assim, pensar a inclusão de mulheres autistas exige reconhecer a diversidade das experiências humanas e questionar padrões que excluem determinados sujeitos.

A pesquisa também permitiu relacionar os conteúdos estudados na disciplina Crítica



Feminista e Perspectivas Interseccionais nos Estudos Culturais com a temática da inclusão universitária. Os textos e autores analisados contribuíram para ampliar a compreensão sobre representatividade, desigualdade, identidade e reconhecimento das diferenças.

Conclui-se que promover a inclusão de mulheres autistas no ensino superior requer ações que ultrapassem o acesso formal à universidade. É necessário construir ambientes acadêmicos mais acolhedores, acessíveis e preparados para valorizar diferentes formas de aprender, comunicar-se e participar.

Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre mulheres autistas no ensino superior e incentive novas pesquisas voltadas às políticas de permanência, acessibilidade e inclusão.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Em conformidade com as orientações de integridade científica aplicáveis, declara-se que foi utilizada ferramenta de Inteligência Artificial Generativa (IAG) durante o processo de elaboração deste manuscrito.

Ferramenta utilizada: ChatGPT, desenvolvido pela OpenAI (versão disponível no momento do uso).

Etapas do trabalho em que foi empregada: revisão textual, revisão gramatical e aprimoramento da organização da escrita acadêmica.

Finalidade específica do uso: a ferramenta foi utilizada como apoio na correção ortográfica, adequação da linguagem acadêmica, melhoria da clareza e organização dos argumentos apresentados no texto.

Ressalta-se que a utilização da Inteligência Artificial ocorreu exclusivamente como ferramenta auxiliar de revisão e aprimoramento da redação, permanecendo sob responsabilidade da autora a elaboração das ideias, análise crítica, interpretação das referências utilizadas e conteúdo científico apresentado neste trabalho.

REFERÊNCIAS

Dossiê Epistemologias do Sul: Interseções entre a Decolonialidade, a Teoria Crítica Feminista e a Interculturalidade
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP, Edição Especial. Aquidauana/MS, v. 1, n. 21, set. 2026



ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAMILO, T. S.; OLIVEIRA, G. Q. Literatura, violência e feminicídio. **Revista Decifrar**, v. 9, p. 136-149, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Stuart Hall e o feminismo: revisitando relações. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.